



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHOS D'ÁGUA

Praça Dona Quita, 90 – Centro – Tel: (38) 3251-7121  
CEP: 39398-000 - Estado de Minas Gerais



### ATA DE REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

#### PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 082/2019 PREGÃO PRESENCIAL 035/2019

Aos 08(oito) dias do mês de janeiro de 2020, às 13:00(treze horas), reuniram-se na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Olhos D'Água/MG., a Pregoeira, Sra. Liliane Oliveira dos Santos, e a Equipe de Apoio formada por José Adilson Ferreira da Costa, e Carlos Augusto Carneiro Moreira nomeados pela Portaria 002/2020, para dar prosseguimento ao **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 082/2019, PREGÃO PRESENCIAL 035/2019**, cujo objeto é a aquisição de produtos alimentícios para atender a merenda escolar e demais secretarias da prefeitura.

A Pregoeira recebeu da empresa **SUPERMERCADO VIEIRA LTDA-EPP**, CNPJ 26.019.372/0001-53, a impugnação à exigência indicada no item 2.1.7, bem como o parecer da assessoria jurídica, o qual acolhe em sua íntegra como abaixo transcrito:

*"Após análise da **IMPUGNAÇÃO** aviada pela empresa **SUPERMERCADO VIEIRA LTDA-EPP**, CNPJ 26.019.372/0001-53, no **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 082/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019**, que tem por objeto a aquisição de produtos alimentícios para atender a merenda escolar e demais secretarias da prefeitura, emitimos parecer nos seguintes termos:*

*A IMPUGNAÇÃO foi aviada em tempo hábil, merecendo análise.*

*A irresignação da Impugnante reside unicamente na exigência indicada no subitem 2.1.7, do Edital 049/2019, que exige o seguinte:*

*"2.1.7 – Alvará de Funcionamento, expedida por órgão Municipal competente, dentro do prazo de validade."*

*Sendo o único pedido, a exclusão do Edital 049/2019, a exigência de apresentação de alvará de localização e funcionamento, alegando que, tal exigência não existe na Lei 8.666/93.*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHOS D'ÁGUA

Praça Dona Quita, 90 – Centro – Tel: (38) 3251-7121  
CEP: 39398-000 - Estado de Minas Gerais



Da análise da impugnação, entendemos que, ao solicitar a apresentação do alvará de localização e funcionamento, a Administração fere o que reza o artigo 27 da Lei 8.666/93, conforme doutrinas e jurisprudências abaixo colacionadas:

“Nos termos da Lei 8.666/93 e entendimento doutrinário, observamos o seguinte:

“(…) A redação adotada pelo novo estatuto estabelece relações **numerus clausus**, vedando que Administração demande apresentação de qualquer prova diversa daquelas inscritas nos termos da lei.”<sup>1</sup>

“O Ilustre jurista Marçal Justen Filho entende da seguinte forma:

“o art. 27 efetivou a classificação dos requisitos de habilitação. As espécies constituem **“numerus clausus”**.

(…)

“o elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo, ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. **O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos**”<sup>2</sup>

A Jurisprudência dos nossos Tribunais é no sentido de que, a exigência de alvará de Localização e funcionamento, demonstra-se impertinente, exorbitante e fere o caráter competitivo do certame:

“LICITAÇÃO – ARGUIÇÃO DE PERDA DE OBJETO AFASTADA – HABILITAÇÃO – REGULARIDADE FISCAL – **ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO** – EXIGÊNCIA DE CÓPIA AUTENTICADA OU DOCUMENTO ORIGINAL – DOCUMENTO NÃO ELENcado NA LEI Nº 8.666/93 – SEGURANÇA CONCEDIDA. Não prospera a arguição de perda de objeto em razão da publicação do resultado da concorrência, se ainda houver pendente de julgamentos recursos aviados pela licitante. A finalidade do procedimento licitatório é obter a melhor proposta para a Administração Pública, mediante o maior número de concorrentes possíveis. O edital ao **exigir a apresentação de documento não elencado nos artigos 27 e 29 da Lei nº 8.666/93 como comprovação de regularidade fiscal, fere os princípios da ampla concorrência e acessibilidade, além de afrontar o princípio da razoabilidade.**”<sup>3</sup> – GRIFAMOS.

<sup>1</sup>Pereira Junior, Jessé Torres. – Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. 8. ed. rev., atual. E ampl. – Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

<sup>2</sup>Justen Filho, Marçal. – Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 14ª Ed., Editora Dialética, 1010, pág.401

<sup>3</sup>MS 84365/2009, Des. Carlos Alberto Alves da Rocha, Segunda Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado, Julgado em 17/11/2009, Publicado no DJE 11/12/2009



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHOS D'ÁGUA

Praça Dona Quita, 90 – Centro – Tel: (38) 3251-7121  
CEP: 39398-000 - Estado de Minas Gerais



“EMENTA: AGRAVO – PREFEITURA MUNICIPAL – PREGÃO PRESENCIAL – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA – **EXIGÊNCIA DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NA HABILITAÇÃO – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE** – REFERENDADA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE SUSPENDEU LIMINARMENTE O CERTAME – PRELIMINAR: ADMISSIBILIDADE – MÉRITO: AS RAZÕES DO AGRAVANTE NÃO MERECEM PROSPERAR – NEGADO PROVIMENTO – MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA Negado provimento ao agravo, mantendo-se a decisão recorrida que determinou a suspensão do Pregão Presencial, **tendo em vista a afronta ao caráter competitivo do certame e à isonomia, em virtude da exigência de apresentação de alvará de licença para localização e funcionamento para fins de habilitação.**”<sup>4</sup> – GRIFAMOS.”

Dessa forma, entendemos que, a exigência de apresentação de Alvará de localização e funcionamento como documento de habilitação, extrapolam as exigências indicadas nos artigos 27 ao 31 da Lei 8.666/93.

É necessário que se observe, no caso em estudo, o Princípio da Legalidade, que representa total subordinação do Poder Público à previsão legal, visto que, os agentes da Administração Pública devem atuar sempre conforme a lei, no caso trazido à baila, a lei que rege o certame é o edital.

Tal princípio aparece expressamente na nossa Constituição Federal em seu art. 37, caput, que dispõe que:

“a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. – Grifo nosso.

O artigo 5º, inciso II, da mesma Carta Magna, prescreve que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”.

O grande Hely Lopes Meireles, descreve o princípio da legalidade da seguinte forma:

“a legalidade, como princípio de administração, significa que **o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso**”

---

<sup>4</sup>912165, Agravo - Processo(s) referente(s): 912080, Denúncia, Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Relator: Conselheiro Substituto Licurgo Mourão



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHOS D'ÁGUA

Praça Dona Quita, 90 – Centro – Tel: (38) 3251-7121  
CEP: 39398-000 - Estado de Minas Gerais



**“Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”<sup>5</sup>. – Grifo nosso.**

Já Henrique Savonitti Miranda, descreve da seguinte forma:

“O administrador privado conduz seu empreendimento com dominus, agindo com os poderes inerentes à propriedade em toda a sua extensão. Assim, tudo o que não é proibido, é permitido ao gestor privado. Diga-se, ainda, que o administrador privado pode inclusive conduzir ruinosamente seu empreendimento sem que muito possa ser feito por terceiros(...) O gestor público não age como “dono”, que pode fazer o que lhe pareça mais cômodo. **Diz-se, então, que ao Administrador Público só é dado fazer aquilo que a lei autorize, de forma prévia e expressa.** Daí decorre o importante axioma da indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos<sup>6</sup>.” - Grifo nosso.

Assim sendo, opinamos para que seja decotado do Edital 049/2019, a exigência indicada no item 2.1.7, por extrapolar os limites indicados nos artigos 27 ao 31 da Lei 8.666/93, uma vez que, esta Administração sempre se pautou pela observância das normas legais a ele impostas, atuando sempre no sentido de ampliar a disputa e a concorrência, no intento de conseguir proposta mais vantajosa para o município, como é o entendimento do Tribunal de Contas da União ao conceituar o objetivo da Licitação:

“Objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e a possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.”<sup>7</sup>

De outro giro, podemos ainda, afirmar que existem entendimentos favoráveis à exigência de alvará de localização e funcionamento, como abaixo transcrito:

“O Alvará de Funcionamento nada mais é do que a autorização de funcionamento de uma atividade aberta ao público, levando em conta o local, o tipo de atividade, o meio ambiente, a segurança, a moralidade, o sossego público, etc, **sendo exigido por segurança para apurar a idoneidade e a capacidade de um sujeito para contratar com a Administração Pública.** Diante do exposto e considerando que a exigência de alvará é necessária para resguardar a execução efetiva do objeto licitado, **e tendo em vista que tal exigência não restringe a competitividade, uma vez que de regra as**

<sup>5</sup> MIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

<sup>6</sup> MIRANDA, Henrique Savonitti. Curso de direito administrativo. 3.ed. Brasília: Senado Federal, 2005.

<sup>7</sup> Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010 - pág. 19.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHOS D'ÁGUA

Praça Dona Quita, 90 – Centro – Tel: (38) 3251-7121

CEP: 39398-000 - Estado de Minas Gerais



***empresas somente poderão funcionar regularmente se tiverem autorização para tanto, nego a liminar pleiteada por não vislumbrar os requisitos do periculum in mora e fumus boni iuris (...). "8 – GRIFAMOS.***

No entanto, ao nos atermos à Lei e ao entendimento doutrinário, observamos, como já transcrito acima que a relação de documentos indicados na Lei 8.666/93, é “*numerus clausus*”, não podendo a Administração extrapolar qualquer exigência, sem justificativa plausível.

Dessa forma, e diante das doutrinas e jurisprudências colocadas, reiteramos nosso entendimento e opinamos para que seja decotado do Edital 049/2019, a exigência indicada no item 2.1.7, por extrapolar os limites indicados nos artigos 27 ao 31 da Lei 8.666/93.”

Dessa forma, a Pregoeira decota do Edital 049/2019, o subitem 2.1.7, deixando de exigir como documento de habitação o alvará de localização e funcionamento.

Intime-se os interessados.

Publique-se.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após lida e aceita, segue assinada pelos presentes.

Olhos D'Água/MG., 08 de janeiro de 2020.

Liliane Oliveira dos Santos.  
Pregoeira Oficial.

José Adilson Ferreira da Costa  
Equipe de Apoio.

Carlos Augusto Carneiro Moreira  
Equipe de Apoio.

---

<sup>8</sup> Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso - Decisão Singular proferida no Processo nº 149810/2009 de 17.09.2009.